BOLETIM DE MONITORAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – TEMAS ESTRATÉGICOS 2020 - 2023.

Brasília/DF, 15 de março de 2021

Sumário

Mapa Estratégico 2020-2023 4
Temas Estratégicos 2020 - 2023 5
Energia 5
Leilão A-4 (substituição de UTEs a óleo) 5
Leilão A-5 (substituição de UTEs a óleo) 5
Leilão A-4/2020 5
Leilão A-6/2020 5
Leilão de LT 1/2020 6
Eletrobras 6
Linhão (Manaus-Boa Vista) 6
Angra 3 7
Modernização do Setor Elétrico 7
UHEs planejadas 7
Privatização de Cias Estaduais de Geração 7
PDE/PNE 8
PISF 8
Flutuadores de Balbina 9
Itaipu 9
Mineração 9
Leilão Palmeirópolis -TO 9
Leilão Caulim do Rio Capim-PA 10
Leilão de Carvão de Cadiota-RS 10
Leilão de Fosfato de Miriri-PE 10
Leilão de Cobre e Ouro de Bom Jardim-GO 10
Leilão 1000 áreas da ANM 11
Aprimorar segurança de barragens 11
Fortalecimento da ANM 11
Lavra Garimpeira 12
Agilização dos Processos – ANM 12
Minérios Nucleares 12
Nióbio 13
Minerais de inovações tecnológicas 13
Remineralizadores 13
Mapeamento e diagnóstico do setor mineral 14
Petróleo e Gás 14
7ª Rodada Partilha 14
17ª Rodada Concessão 15
Oferta Permanente 15
Excedentes da Cessão Onerosa 16

Novo mercado de gás 16
Desinvestimentos Petrobrás 17
REATE 17
Abastece Brasil 17
BidSIM 18

Mapa Estratégico 2020-2023

Temas Estratégicos 2020 - 2023

Energia

Leilão A-4 (substituição de UTEs a óleo)

Leilão A-5 (substituição de UTEs a óleo)

Leilão A-4/2020

Box - Leilões de Energia Elétrica em 2019

- 03 leilões (02 Geração e 01 Transmissão)
- Investimentos previstos de mais de R$ 17bi ao longo dos contratos (variam de 10 a 30 anos)
- Empregos gerados da ordem de 34 mil
- Economia de R$ 25,5 bi para os próximos 30 anos para o consumidor

Leilões de Energia Nova A-4

Contratação de oferta de energia elétrica com início do suprimento a partir de janeiro de 2023

Importância

- Realizado em 28/06/2019.
- Cadastrados: 51.000 MW em fontes renováveis.
- Contratados: 15 empreendimentos com 401,6 MW de potência e 164,99 MW de garantia física.
- Preço médio: R$ 151,15 por MWh.
- Deságio médio: 45,03% (representa uma economia de R$ 2,17 bilhões para os consumidores de energia).
- Investimentos: R$ 1,9 bilhões.
- Geração de empregos: mais de 4.500.

Data

28/06/2019

Leilão A-6/2020

Leilões de Energia Nova A-6

Contratação de oferta de energia elétrica com início do suprimento a partir de janeiro de 2025.

Importância

- Contratados: 91 empreendimentos com 2,98 GW em potência e 1,7 GW em garantia física.
- Investimento previsto: R$ 11,16 bilhões.
- Estimativa de geração de cerca de 21.000 empregos.
- 91 empreendimentos nas fontes hidráulica, eólica, fotovoltaica e térmica gás (sinal para o Novo Mercado de Gás).

- 15 estados receberão empreendimentos, nas 5 regiões nacionais.
- Economia estimada para os consumidores nos próximos 20 a 30 anos será de R$ 22,4 bilhões.
- Fonte solar com deságio da ordem de 60%.
- Fonte eólica com deságio médio da ordem de 48%.
- Térmica a gás com deságio da ordem de 35%.
- Fonte hídrica com deságio de 21%.

Data: 18/10/2019.

Leilão de LT 1/2020

Leilão de LT

Retomada dos Leilões – Leilão de Transmissão-2020

Licitação de 11 lotes de linha de transmissão em 9 estados da Federação (AM, BA, CE, ES, GO, MS, MG, RS e SP) com 1958 km de extensão. Trata-se de projeto para retomada da economia brasileira com expectativa de investimentos da ordem de R$ 7,4 bilhões.

Data: Em 17 de dezembro de 2020 foi realizado o Leilão de Transmissão nº 1/2020 que terminou com deságio médio de 55,24%, o terceiro maior já verificado em certames de empreendimentos de transmissão realizados pela ANEEL. Esse resultado propiciará ao País investimentos da ordem de R$ 7,4 bilhões em obras de transmissão de energia elétrica, com estimativa de geração de 15.434 empregos diretos.

Eletrobras

Capitalização da Eletrobras

Capitalização da Eletrobras, conforme MP 1031/2021, disponível em: https://eletrobras.com/pt/ri/ComunidadoseFatos/Medida%20Provis%C3%B3ria%201.031.pdf

Promover a capitalização da Eletrobras, por meio de emissão de ações e diluição da União.

Atualmente, a Eletrobras é responsável por 31% da geração e por 47% da transmissão de energia elétrica no País, entretanto, ela perdeu a sua capacidade de investimento (R$ 3,6 bilhões por ano), sendo necessário mais R$ 10 bilhões para manutenção do market-share atual. Desde 2014 não participa de nenhum leilão de energia, o que tem reduzido sua participação no mercado.

A capitalização da Eletrobras ocorrerá mediante emissão de novas ações a mercado e consequente redução da participação da União. Com isso a Eletrobras recupera sua capacidade de investimento associada a uma maior disciplina corporativa e transparência, permitindo que a empresa volte a atuar na expansão do setor elétrico, nos moldes das maiores empresas do mundo, modelo corporation.

Este PL busca recuperar a capacidade de investimento da companhia por meio do modelo de capitalização, sem a utilização de recursos da União, tornando a empresa mais competitiva para que possa contribuir para a expansão do setor elétrico e para a segurança energética do País, com premissas, entre outras, voltadas para a neutralidade tarifária.

Data: 5/11/2019 – data de apresentação do PL 5877/2019

Linhão (Manaus-Boa Vista)

Houve a continuação do licenciamento ambiental da Interligação Manaus – Boa Vista, permanece pendente a emissão de licença ambiental que permite o início das obras. Entretanto, em 2020 houve avanços nas tratativas com a Comunidade Indígena Waimiri-Atroari, com essa sendo ouvida em todas as

etapas dos estudos, o que permitiu um acordo para que a Transnorte Transmissora de Energia pudesse realizar suas prospecções.

Angra 3

Conclusão da construção da usina nuclear de Angra 3

O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a concessão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC à controlada Eletrobras Termonuclear S.A – Eletronuclear ("Eletronuclear"), em 2020 e 2021, nos valores, respectivamente, de cerca de R$ 1.052 milhões e R$ 2.447 milhões, destinados a acelerar as providências de retomada das obras de construção da Usina Nuclear de Angra 3.

Modernização do Setor Elétrico

Os PLS nº 232/2016 e PL nº 1.917/2015, busca propor aprimoramentos ao setor Elétrico com sustentabilidade, segurança jurídica e regulatória, já apresentado ao longo do texto. A partir da modernização do setor elétrico busca-se levar energia elétrica aos consumidores de forma competitiva, zelando pela sustentabilidade da expansão.

- Implementação do Preço da Liquidação das Diferenças horário – PLDh na contabilização e liquidação relacionada ao mercado de curto prazo.
- Avaliação das condições de atendimento eletroenergético ao País: continuidade da permanente avaliação, inclusive em respeito às regras e procedimentos existentes, com vistas à garantia da continuidade, confiabilidade e segurança do suprimento.
- Iniciativa tomada a partir de resultado do GT Modernização do Setor Elétrico para o desenvolvimento de Sistema para integração entre o MME, a ANEEL, a EPEe o ONS, que visa automatização no recebimento e compartilhamento de dados utilizados no planejamento das expansões, melhorias e reforços dos serviços de transmissão de energia elétrica do SIN.
- Foram publicadas quatro Portarias que reconhecem a alternativa de mínimo custo global para a conexão à Rede Básica de Consumidores Livres. Nos termos do Decreto n° 5.597, de 28 de novembro de 2005, a Portaria Ministerial fundamentada em parecer técnico e compatibilizada com o planejamento da expansão do setor elétrico é o primeiro requisito para a materialização do acesso por parte dos Consumidores Livres, seguido pela emissão de Parecer de Acesso no ONS e, por fim, autorização da ANEEL.
- Em 2020 prosseguiu a redução dos subsídios ao setor de água e saneamento e aos consumidorers da Classe Rural, com a redução em 40% em relação ao praticado originalmente, para ambos os segmentos.

UHEs planejadas

Privatização de Cias Estaduais de Geração

Programa de Privatização das Companhias Estaduais de Energia Elétrica

Este programa tem como objetivo subsidiaros Governos Estaduais na venda das seguintes empresas: Companhia Energética de Brasília – CEB (DF), Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE (RS), Companhia Paranaense de Energia – COPEL (PR) e Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA (AP).

Com base na Lei nº 9074/95, as empresas buscam vender seus ativos e receber um novo contrato de concessão. Além de obter uma nova concessão de 30 anos, as empresas desestatizadas, no segmento de geração, poderão migrar seus contratos para o regime de produção independente e negociar a energia no mercado livre.

A principal importância deste Programa é a melhoria na qualidade dos serviços prestados por estas empresas à população.

Com o processo de privatização, União, Estados e Municípios garantem novos recursos contribuindo para o equilíbrio das contas públicas. A União se beneficia com o recebimento dos valores das novas outorgas pelo Tesouro Nacional e os Estados e Municípios com o resultado econômico-financeiro da privatização das suas empresas.

A medida também incentiva Estados e Municípios para que saiam da atividade econômica em que a iniciativa privada opera com maior eficiência, diante de uma regulação bem estabelecida, e privilegiem a prestação de serviços essenciais como saúde, educação e segurança.

Datas:

4/12/2020 – Leilão da CEB Distribuição (DF). com ágio de 76,63%.

1º trimestre 2021 – CEEE Distribuição (RS).

2ª trimestre 2021 – CEEE Geração (RS) – A carteira de empreendimentos hidrelétricos totaliza 920,416 MW de capacidade instalada.

2ª trimestre 2021 – COPEL (PR) – com a licitação da Usina Hidrelétrica Foz do Areia com 1.676 MW de capacidade instalada.

2021 - CEA (AP)

PDE/PNE

Por meio da Portaria MME nº 450/GM, de 11 de dezembro de 2020, o Ministério de Minas e Energia divulgou, para Consulta Pública, minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2030 - PDE 2030. O documento consolida os estudos de planejamento setorial realizados pelas equipes técnicas do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com contribuições da sociedade.

Plano Nacional de Energia (PNE): é um instrumento fundamental para o planejamento de longo prazo, orientando tendências e balizando as alternativas de suprimento da demanda de energia nas próximas décadas pela orientação estratégica da expansão. Em dezembro de 2020 , foi publicado o Relatório final do PNE 2050.

PISF

Solução Energética com vistas à redução dos custos de energia para a operação do PISF

O Ministério de Minas e Energia (MME) apresentará solução energética, a partir de informações do BNDES/MDR, com o objetivo de reduzir os custos de energia para a operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF).

Uma solução energética eficiente tem efeito sobre os estimados 70% dos custos energéticos no valor do serviço de água. Em parceria com o setor privado, poderão ser investidos até R$ 8 bilhões, a depender da solução, no projeto com a previsão de 76 mil empregos diretos nos estados: Ceará (CE), Paraíba (PB), Pernambuco (PE) e Rio Grande do Norte RN).

Por se tratar de um projeto de adução de água bruta a diversos locais da Região Nordeste, a energia elétrica é um dos maiores custos de operação do PISF.

Em andamento

5/8/2019 – Qualificação no PPI e MME encaminhará proposta ao CNPE, após consolidação dos estudos pelo BNDES, com vistas à redução dos custos de energia para a operação do PISF (Decreto 9954/2019

Flutuadores de Balbina

Itaipu

Revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu

Anexo C ao Tratado de Itaipu

A parceria entre Brasil e Paraguai foi firmada em 1973. Em 2023, quando o Tratado completa 50 anos, é necessária a revisão do Anexo – que trata da parte financeira do acordo. A revisão objetiva a atualização das bases para comercialização de energia.

A Itaipu Binacional é líder mundial em produção de energia limpa e renovável, tendo produzido mais de 2,6 bilhões de Megawatts-hora (MWh) desde o início de sua operação, em 1984. Com 20 unidades geradoras e 14.000 MW de potência instalada, fornece 11,3% da energia consumida no Brasil e 88,1% no Paraguai. Em 2019, um dos anos mais secos na história da usina, a Itaipu produziu 79.444.510 MWh (79,4 milhões de MWh). Em 2016, a produção chegou a 103.098.366 MWh (103 milhões de MWh), um novo recorde mundial de produção anual. A maior marca anterior havia sido estabelecida em 2013, com 98.630.035 MWh.

Data

12/2/2019 – Portaria nº 124 cria GT para estudar o assunto.

Agosto de 2023 deve ser a revisão.

Em andamento.

Mineração

Leilão Palmeirópolis -TO

A CPRM planeja ofertar ao mercado, por meio de leilões, ativos minerários de sua propriedade. Os empreendimentos fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos e tratam-se de promessa de cessão de direitos minerários. O primeiro bloco de áreas ofertado foi o Complexo Polimetálico (zinco, cobre e chumbo) de Palmeirópolis (TO), com 6 títulos minerários e 6.050ha. O edital foi publicado em julho/2019 e o leilão ocorreu em outubro/2019. A empresa vencedora, Perth Recursos Minerais LTDA, ofereceu percentual de royalty de 1,71% sobre a receita bruta mensal. A assinatura do contrato está prevista para janeiro ou fevereiro de 2020. Existem outros projetos da CPRM, qualificados na 1ª reunião do Conselho do PPI (2016), em condições de serem ofertados ainda em 2020: A) Fosfato de Miriri (PE) - engloba 7 processos minerários com área total de 7.572,84 ha. Investimento CAPEX previsto: R$ 190,5 milhões. Prazo: 3 anos para implantação e pesquisas, 15 anos de lavra. B) Cobre de Bom Jardim (GO) - conta com 6.725,40m de perfurações realizadas. Investimento CAPEX previsto: R$ 63,3 milhões. Prazo: 18 meses para pesquisa complementar e 18 meses para desenvolvimento. C) Carvão de Candiota (RS) – tem 11 títulos de pesquisa totalizando 20.353 ha. Investimento CAPEX previsto: R$ 63,2 milhões. Prazo: 25 anos ou até a exaustão da jazida. Todos esses projetos aguardam encaminhamento para o TCU. Em 2019, na 10ª reunião do Conselho do PPI, houve a qualificação do projeto Caulim do Rio Capim (PA), considerado o melhor projeto da CPRM, com capacidade de 520 milhões de toneladas, de fácil escoamento, através de transporte hidroviário. Esse projeto aguarda contratação de estudo técnico de reavaliação econômica e redefinição de cronograma pela CPRM. O Brasil é a 2ª maior reserva de caulim do mundo.

Leilão Caulim do Rio Capim-PA

Detalhar

Leilão de Carvão de Cadiota-RS

Detalhar

Leilão de Fosfato de Miriri-PE

Ato: Consulta Pública para realização dos leilões

Abertura de Consulta pública, em maio, para oferta pública da cessão dos direitos minerários de minério de cobre em Bom Jardim de Goiás (GO) e de jazidas de fosfato na região costeira dos estados de Pernambuco e Paraíba, denominado Projeto Miriri, ambos sob responsabilidade da CPRM.

Importância

O Projeto Fosfato de Miriri/PB-PE corresponde a um depósito de fosfato em uma área total de 6.112,18 hectares. O fosfato é um dos principais insumos para produção de fertilizantes minerais, amplamente utilizados pela indústria do agronegócio. Atualmente, o Brasil depende largamente da importação desse produto mineral. Além desses benefícios, espera-se a amaterialização de investimentos da ordem de R$ 345 milhões ao longo dos contratos.

Data

28/10/2020 – Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) autorizando prosseguimento do certame.

30/11/2020 - Publicação do edital e abertura da visitação aos dados físicos dos projetos (dataroom físico) e disponibilização dos dados digitalizados (dataroom digital).

04/03/2021 - Sessão Pública.04/03/2021 - Sessão Pública.

Leilão de Cobre e Ouro de Bom Jardim-GO

O Projeto Cobre de Bom Jardim de Goiás/GO corresponde a um depósito de cobre com ocorrência também de cobalto e ouro (último em valores muito baixos) em uma área total de 1.000 hectares. A pesquisa, realizada na década de 1970, compreendeu 29 perfurações, totalizando 6.725,40 metros de sondagem realizados. Além disso, espera-se a materialização de investimentos da ordem de R$ 345 milhões ao longo do contrato.

Data

18/11/2020 – Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) autorizando prosseguimento do certame.

30/11/2020 - Publicação do edital e abertura da visitação aos dados físicos dos projetos (dataroom físico) e disponibilização dos dados digitalizados (dataroom digital).

04/03/2021 - Sessão Pública.

Leilão 1000 áreas da ANM

A oferta de áreas ao mercado é um dos principais mecanismos de ampliação da atratividade do setor mineral brasileiro junto a investidores. Atualmente, existe na ANM um passivo de cerca de 42 mil áreas em disponibilidade aguardando para serem publicamente ofertadas, tal como determina a legislação. Na 1ª Rodada de Disponibilidade de Áreas, cujo edital foi publicado em 03/09/2020, foram ofertadas 502 áreas para fins de pesquisa mineral.

Essa rodada representou um marco para o setor de mineração, pois deu início à oferta regular de áreas aos agentes econômicos do setor. Além disso, por ser uma "rodada-piloto" foi de grande importância para fins de avaliação do desempenho dos procedimentos e instrumentos desenvolvidos nos últimos meses para viabilizar o novo modelo de disponibilidade. Informações sobre todo o processo podem ser encontradas no Portal SOPLE (https://sople.anm.gov.br). Em 29/12/2020, foi publicado o Edital da 2º Rodada do Procedimento de Disponibilidade de Áreas da ANM, com mais de 7 mil áreas para prioridade de requerimento de pesquisa (6.755) ou lavra mineral (572), relativas a diversas substâncias minerais e distribuídas por 25 unidades federativas.

Na 14ª Reunião do Conselho do Programa de Parceria e Investimentos – PPI, em dezembro de 2020, foi aprovada a qualificação dos leilões de disponibilidade de áreas para pesquisa ou lavra de recursos minerais, incluindo as ofertas públicas prévias, a serem realizadas pela Agência Nacional de Mineração durante os exercícios de 2021 e 2022, para compor a carteira do PPI..

Aprimorar segurança de barragens

Foi criado o Comitê Técnico de Segurança de Barragens de Rejeitos de Mineração - CTBMin, por meio da Portaria SGM/MME nº 138/2020, o qual tem como atribuições:

i) acompanhar o cumprimento das decisões na Ação Civil Pública nº 1005310-84.2019.4.01.3800, em andamento na 5a. Vara Federal - Seção Judiciária de Minas Gerais, e de outras ações judiciais que tenham por objeto questão relacionada à segurança de barragens de rejeitos de minério, e propor sugestões ao seu cumprimento;
ii) acompanhar o Programa de Vistorias de Barragens de Mineração pela ANM, em atendimento à Resolução nº 01/2019, do Conselho Ministerial de Supervisão de Respostas a Desastres, e propor sugestões ao seu cumprimento;
iii) acompanhar a evolução dos indicadores de segurança de barragens de rejeitos de mineração expressos pelos critérios de Categoria de Risco (CRI) e Dano Potencial Associado (DPA); e iv) propor ações a serem conduzidas de forma conjunta entre as unidades e órgãos vinculados do MME, bem como de outros órgãos no âmbito da Administração Pública Federal, de forma a conferir maior confiança e agilidade na gestão da segurança de barragens de rejeito da mineração e que estimulem o aumento dos níveis de estabilidade e segurança. Em 2020, foram realizadas 4 reuniões trimestrais, que discutiram medidas para a melhoria das condições de segurança das barragens de mineração.

Fortalecimento da ANM

Após solicitação da Agência Nacional de Mineração ao Ministério da Economia, foi publicada a Portaria Interministerial ME-MME nº 23.478/2020, que autorizou a ANM a contratar por tempo determinado profissionais para atender a área de segurança de barragens. Em 27/01/2021, foi publicado no Diário Oficial da União o Edital nº 1 da ANM que visa a contratação temporária, por meio de processo seletivo simplificado, de 40 técnicos em segurança de barragens. As vagas estão distribuídas entre Belo Horizonte/MG (18), Belém/PA (8), Cuiabá/MT (2), São Paulo/SP (2) e Distrito Federal (10).

O prazo de duração dos contratos será de, no máximo, quatro anos (podendo ser prorrogados, nos termos da legislação que trata do tema) e os candidatos contratados estarão subordinados às disposições da Lei nº 8.745/1993 e suas alterações. No cronograma constante do edital, as inscrições devem ser realizadas no período de 01 a 12 de fevereiro; a aplicação das provas está prevista para o dia 21/03/2021 e o resultado final do processo seletivo previsto para 28/06/2021.

Dessa forma, a expectativa é que em julho os aprovados no processo seletivo passem a ingressar o quadro da ANM, aumentando significativamente o número de profissionais que atuam na área de segurança de barragens.

Lavra Garimpeira

Após a conclusão do Relatório Final do GT, em 2020, a SGM trabalhou na elaboração de minutas de atos normativos, como a proposta da minuta de Decreto regulamentar da Lei nº 7.805/1989. Além disso, no âmbito do GT, está sendo tratada a questão da rastreabilidade do ouro, com reuniões realizadas com Banco Central, Polícia Federal, Receita Federal do Brasil.

Agilização dos Processos – ANM

Minérios Nucleares

Em Caetité-BA, são realizados a mineração e o beneficiamento de urânio, atividades que correspondem à primeira etapa do Ciclo do Combustível Nuclear. De 2000 a 2015, foram produzidas 3.750 toneladas de concentrado de urânio a partir da Mina Cachoeira. Com a exaustão dos recursos passíveis de lavra a céu aberto, decidiu-se por licenciar uma nova área, a Mina do Engenho. Apoio e supervisão das atividades desempenhadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa pública vinculada ao MME, e busca da retomada da produção da planta de Caetité, na Bahia, já em 2020, e para viabilizar o início da produção do projeto de Santa Quitéria, no Ceará, em 2024.

Do Projeto de Santa Quitéria-CE, estima-se o início de produção para 2024 e prevê a construção e a operação de um complexo mineroindustrial na cidade de Santa Quitéria (CE), cuja finalidade será a produção anual de 500 mil toneladas de fertilizantes fosfatados, 250 mil toneladas de fosfato bicálcico (usado na nutrição animal) e de 1.600 toneladas de concentrado de urânio – que será convertido em hexafluoreto de urânio (UF6) no exterior, retornando ao Brasil para uso na fabricação do combustível para o complexo de geração termonuclear de Angra 1, 2.

No que se refere à Operação, pela INB, da jazida de Caetité-BA, há uma capacidade de produção 250 t/ano de U3O8 (2019) com previsão de expansão para abastecer Angra I, II e III, alcançando 360 t/ano entre 2023 e 2025. Com a ampliação da usina, estima-se um aumento de produção para a ordem de 800 t/ano, a partir de 2026.

A retomada da produção, em Caitité-BA, é uma conquista para a INB e, em decorrência, para o País. Representa um fator importante para a geração de empregos e recursos para a região sudoeste da Bahia. A expectativa é que sejam produzidas 260 toneladas de concentrado de urânio por ano, quando a Mina do Engenho atingir a sua capacidade máxima. O urânio é a matéria-prima básica para a fabricação do combustível que abastece as usinas nucleares.

Destaca-se a importância do Projeto Santa Quitéria para o aproveitamento de recursos de minerais de urânio, para o fornecimento de energia, e de fosfato, substância fundamental para a produção agropecuária nacional. O projeto traz uma conotação de expressão nacional e internacional quanto ao minério de urânio, garantindo o pleno abastecimento do Programa Nuclear Brasileiro e habilitando a inserção do Brasil no contexto mundial. Nas matérias-primas de fosfato e carbonatos, traz também, destacada contribuição para o desenvolvimento econômico da região em que se insere e para o abastecimento das atividades agropecuárias da região nordeste do país.

Data

CAITITÉ-BA

Dez/2019 - Autorização para lavra da nova mina foi concedida pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Jan/2020 – O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) renovou a Licença de Operação da Unidade.

1º/12/2020 - Evento para celebrar a retomada da produção de urânio no Brasil, a partir da lavra a céu aberto de uma nova mina na Unidade de Concentração de Urânio de Caetité – URA, na Bahia, a Mina do Engenho.

SANTA QUITÉRIA – CE

Jun/2020 – Em andamento processo de licenciamento ambiental no IBAMA.

28/09/2020 - Consórcio Santa Quitéria e o Governo do Estado do Ceará assinaram Memorando de Entendimento com vistas a viabilizar o início da construção do Projeto Santa Quitéria.

Nióbio

Em dezembro de 2020, foi criado Grupo de Trabalho Brasil-EUA sobre minerais críticos, no âmbito do qual será discutida a cooperação para agregação de valor às cadeias de minerais estratégicos, tais como: nióbio, grafite, lítio, níquel, terras-raras, tântalo e vanádio

Minerais de inovações tecnológicas

No âmbito da atuação internacional da SGM, foi criado, com os Estados Unidos, Grupo de Trabalho bilateral em minerais para inovação tecnológica. Ademais, a SGM e o Departamento de Estado (Departamento de Recursos Energéticos) dos EUA acordaram cooperação no âmbito da Iniciativa para Capacitação e Governança em Energia (ECGI). Já com o Japão, foi assinado um Memorando de Entendimentos, em janeiro de 2021, para cooperação no campo de tecnologias relacionadas à produção e ao uso de nióbio e grafeno. O instrumento permitirá o intercâmbio de informações para experimentos e protótipos e exploração de aplicações de nióbio ou grafeno que possam agregar valor aos produtos e cadeia de produção.

Remineralizadores

Os remineralizadores, material de origem mineral, constituem fontes alternativas de macro e micronutrientes minerais, de liberação lenta, possibilitando a absorção pelas plantas conforme suas necessidades sem causar desperdícios.

Adquirem, assim, grande importância para a sustentabilidade da produção agrícola nacional. Em 2016, foi concluída a regulamentação de uso dos remineralizadores na agricultura com a publicação das Instruções Normativas nº 5 e nº 6 do MAPA, que definem garantias mínimas e limites de elementos potencialmente tóxicos permitidos aos remineralizadores.

Foram realizados também três Congressos Brasileiros de Rochagem, nos quais foram apresentados os avanços da pesquisa e aplicação de remineralizadores de solos em trabalhos científicos sobre o uso desses insumos.

Estudos, pesquisas técnicas e aplicação prática dos remineralizadores nos solos agrícolas, em especial aqueles degradados, demonstram sua capacidade de atuação na recuperação da fertilidade destes solos, por meio da reposição dos elementos químicos necessários ao desenvolvimento de culturas alimentares nutritivas e saudáveis.

Em escala regional, a aplicação prática de remineralizadores na agricultura, em complementação ou substituição aos fertilizantes químicos convencionais, têm demonstrado melhora na eficiência de aplicação dos fertilizantes convencionais, menores custos e menor uso de defensivos agrícolas.

No setor mineral, a ampliação do uso de remineralizadores abre novos campos para a pesquisa geológica e aproveitamento econômico de fontes de agrominerais de alcance regional, criando oportunidades de aproveitamento dos resíduos sólidos do processo de lavra e rejeitos do processo de beneficiamento mineral. Em dezembro de 2018 foi realizado no MME o Seminário de Remineralizadores de Solos: Zoneamento Agrogeológico, no qual foi apresentado o Zoneamento Agrogeológico do Brasil em escala 1:1.000.000, composto pelas zonas de consumo e zonas de produção de agrominerais.

Mapeamento e diagnóstico do setor mineral

Em novembro de 2019, foi assinado Termo de Execução Descentralizada com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o objetivo de realizar mapeamento e diagnóstico do setor de mineração no Brasil, com a qualificação das informações disponíveis, produção de indicadores e análise de cenários do setor, apontando potenciais econômicos e desafios. Ao longo de 2020, apesar das dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19, foram entregues à SGM os seguintes estudos:

(i) Impacto das Novas Tecnologias na Demanda Mineral: o caso da grafita;

(ii) Impacto das Novas Tecnologias na Demanda Mineral: o caso do lítio;

(iii) Exportações de commodities minerais brasileiras até o 3º trimestre de 2020;

(iv) Relatório 1 do Projeto de mapeamento e diagnóstico do setor de mineração brasileiro – bases de dados nacionais de economia mineral;

(v) Relatório 2 do Projeto de mapeamento e diagnóstico do setor de mineração brasileiro – bases de dados internacionais de economia mineral. Os estudos serão avaliados pelo Grupo de Trabalho de monitoramento do TED, criado pela Portaria nº 83/SGM, de 24 de agosto de 2020, com representantes da SGM, que o coordena, da ANM e da CPRM para melhor orientar as ações do parceiro executor no que se refere às atividades de qualificação das informações disponíveis, produção de indicadores e análise de cenários do setor e cooperar na publicação de estudos e construção da arquitetura de um observatório online da economia mineral brasileira.

Petróleo e Gás

7ª Rodada Partilha

A 7ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção, parte do planejamento plurianual de rodadas para a oferta de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, conforme Resolução CNPE nº 17/2017, corresponde a mais uma oportunidade para os investidores atuarem nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas contidas dentro do polígono do Pré-sal.

No regime de partilha, utilizado para áreas do Pré-sal com elevado potencial e baixo risco exploratório, vence a licitação a empresa ou consórcio que ofertar o maior percentual do óleo-lucro dos projetos para a União, uma vez que o bônus de assinatura, cobrado para cada área licitada, é fixo e estabelecido de acordo com seu potencial, sendo estabelecido com base em estudos realizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A Resolução CNPE nº 19/2018, autorizou a ANP a detalhar os estudos dos prospectos indicados para compor a Sétima e a Oitava Rodadas de Licitações sob o regime de partilha de produção, previstas para o biênio 2020-2021.

Para a 7ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção, prevista para 2020, encontram-se em avaliação os parâmetros técnico-econômicos das áreas denominadas Esmeralda e Ágata, localizadas na Bacia de Santos e Água Marinha, localizada na Bacia de Campos.

A realização da licitação é importante para a previsibilidade e atração de investimentos globalmente, bem como para o aumento das reservas e da produção nacional desses energéticos no médio e longo prazos, com a consequente geração de emprego e renda internamente.

17ª Rodada Concessão

A 17ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios para petróleo e gás natural – P&G, na modalidade de concessão, que também faz parte do planejamento plurianual de rodadas para a oferta de blocos exploratórios instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017, que estabeleceu a Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, constitui oportunidade para investidores atuarem na área de exploração e produção de P&G.

No regime de concessão, vence a licitação a empresa que apresentar os maiores valores de bônus de assinatura, acima dos mínimos previstos em edital, além daqueles a título do programa exploratório mínimo (PEM), que é ofertado em "unidades de trabalho (UT)" e correspondem ao montante de recursos financeiros a serem aplicado na fase de pesquisa das áreas (a nota que define o vencedor é ponderada entre essas duas ofertas pelos licitantes, uma vez que as exigências de Conteúdo Local passaram a integrar diretamente os contratos).

Conforme aprovado na Resolução CNPE nº 24/2019, na 17ª Rodada de Licitações serão ofertados 128 blocos, situados nas Bacias Sedimentares Marítimas de Pará-Maranhão, Potiguar, Campos, Santos e Pelotas, totalizando 64,1 mil km² de área.

A realização da licitação é de grande relevância para a previsibilidade e atração de investimentos globalmente, bem como para o aumento das reservas e da produção nacional desses energéticos no médio e longo prazos, com a consequente geração de emprego e renda internamente.

Oferta Permanente

Disponibilização ao mercado, permanentemente, de blocos devolvidos à União e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados.

Fundamental para o desenvolvimento de campos em terras e offshore fora do polígono do pré-sal, em linha com a política de gás em terra.

Em leilão realizado em 10 de setembro de 2019 (1º Ciclo), foram arrematados 33 blocos exploratórios e 12 áreas com acumulações marginais de O&G, com bônus total de

R$ 22,3 milhões. No certame foram praticados ágio de 61,48%, para os blocos, e de 2.222%, para as acumulações marginais. Os Investimentos previstos, decorrentes somente deste leilão, são da ordem de R$ 320,3 milhões (Programa Exploratório Mínimo).

A Diretoria Colegiada da ANP aprovou, em 06 de abril de 2020, as versões finais da revisão do edital e do novo modelo de contrato da Oferta Permanente. Constarão, no rol de objetos em oferta, 708 blocos exploratórios e três áreas com acumulações marginais.

Para este 2º Ciclo houve manifestação de interesse para 14 setores de blocos exploratórios e duas áreas de acumulações marginais – Juruá e Miranga Leste. Ao fim da licitação foram efetivamente arrematados, por 7 (sete) empresas diferentes, 17 (desessete) blocos exploratórios, sendo um localizado em mar, na Bacia de Campos, e a área de acumulação marginail de Juruá. As áreas estão localizadas nos estados do Rio de Janeiro (área marítima), Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Goiás, Amazonas, Bahia, Amazonas e Rio Grande do Norte.

O bônus de assinatura total arrecadado foi de R$ 56,7 milhões e o investimento exploratório mínimo previsto nestas áreas é de R$ 160 milhões.

Data

Permanente

Excedentes da Cessão Onerosa

Leilão dos Excedentes da Cessão Onerosa

O ano de 2020 foi severamente impactado pela Covid 19. Desta forma, os leilões do excedente da cessão onerosa, 17ª e 18ª rodadas de blocos exploratórios e das 7ª e 8ª rodadas de partilha de produção foram postergados. O único leilão realizado foi o do 2º ciclo da oferta permanente.

O ano de 2020 iniciou com uma produção recorde de 4 milhões de BOED- barris de óleo equivalente ao dia. Em março de 2020 dois fatores impactaram fortemente a produção de petróleo e gás no mundo: a pandemia e a queda da cotação do petróleo em função da guerra comercial entre a Rússia e a Arábia Saudita. Em janeiro de 2020, a cotação do Brent estava em US$ 63,60/bbl. Em abril de 2020 o Brent atingiu uma cotação média de US$ 23,34/bbl. A indústria de petróleo e gás teve que se ajustar a este cenário de queda da demanda e das cotações de petróleo.

Buscando dar prosseguimento na implementação da Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, encontra-se estabelecido um calendário de rodadas de licitações até o ano de 2022. Dentre os objetivos precípuos da agenda, pode-se citar: atrair investimentos, maximizar a recuperação dos recursos dos reservatórios, quantificar o potencial petrolífero nacional e intensificar as atividades exploratórias no país, bem como promover a adequada monetização das reservas existentes, resguardando os interesses nacionais. O planejamento dos leilões segue conforme infográfico abaixo.

Novo mercado de gás

O Novo Mercado de Gás vem atraindo novos agentes para o setor de gás natural e criando oportunidade para novos negócios, conforme refletem alguns dados:

• 26 autorizações de carregamento em 2020, em comparação à média anual de 3 autorizações entre 2014 e 2018;

• 30 autorizações de comercialização em 2020, em comparação à média anual de 4 autorizações entre 2016 e 2018;

• 30 autorizações de importação em 2020, mais do que as 25 autorizações entre 2012 e 2018;

• Negociações de novos contratos de suprimento de gás natural para as distribuidoras de gás canalizado;

• Novos contratos de serviço de transporte firmados pela TBG e pela TAG;

Reativação das fábricas de fertilizantes nitrogenados (Fafens) de Sergipe e da Bahia, grandes consumidoras de gás natural.

Desinvestimentos Petrobrás

No que se refere ao processo de desinvestimento da Petrobras nos ativos de E&P, dos 183 campos de terra e águas rasas colocados do processo de desinvestimento original, 100 (55%) campos foram concluídos, 54 (29%) campos encontram-se em fase avançada de negociação com manifestações das empresas, 15 (8%) não tiveram sucesso e foram incluídos em novos polos do projeto de desinvestimento da Petrobras, distribuídos entre os Polos Carmópolis, Potiguar e Urucu e, 14 (8%) estão em processo de devolução (análise para o descomissionamento ou inclusão na Oferta Permanente).

O processo de desinvestimento da Petrobras também inclui a venda de ativos em atividades do downstream, entre os quais 8 refinarias de petróleo. O compromisso firmado em junho de 2019 pela empresa com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) é concluir essa operação até dezembro de 2021. A redução da participação da Petrobras nessa etapa do abastecimento é decisiva para que haja um ambiente de negócios concorrencial, com atração de investimento da iniciativa privada e desenvolvimento de infraestrutura, hoje deficitária não apenas em refino de petróleo, mas também em armazenagem e movimentação de derivados.

REATE

O Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE) foi instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 27 de 2019, com a coordenação do Ministério de Minas e Energia.

O Programa foi criado com o propósito de buscar avanços na implementação de uma política nacional que fortaleça a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres, de modo a estimular o desenvolvimento de uma indústria forte e competitiva, com produção crescente e pluralidade de operadores e fornecedores de bens e serviços.

Considerando a conclusão dos trabalhos do Comitê Executivo do REATE 2020 e a publicação dos relatórios finais no sítio eletrônico do Ministério de Minas e Energia, o Conselho Nacional de Política Energética aprovou a Resolução CNPE nº 5/2020, promovendo a revisão da Resolução CNPE nº 27/2019, que instituiu o REATE 2020. A revisão, dentre outros pontos, incluiu a nova competência ao Comitê Executivo de promover fóruns de discussão estaduais, intitulado Mesa REATE.

Nesta nova fase o foco é a atuação regional nos estados produtores, tratando-se de um fórum permanente de articulação regional para a condução de temas estruturantes da cadeia de petróleo e gás natural.

A primeira Mesa Reate foi realizada em 24/11/2020, no Rio Grande do Norte, a segunda foi realizada em 26/01/2021 focada nos assuntos pertinentes à Bahia. As próximas Mesas Reate serão realizadas no Espírito Santo, Alagoas, Amazonas e Sergipe, respectivamente nos meses de março, junho, setembro e dezembro.

Abastece Brasil

A iniciativa Abastece Brasil, lançada em abril de 2019, é o foro estabelecido pelo MME para discussão da agenda de trabalho com os agentes do setor de combustíveis. No âmbito do CNPE, a agenda de trabalho em 2019 resultou na publicação das seguintes Resoluções: (i) promoção da concorrência no refino (nº 9/2019); promoção da concorrência no abastecimento de combustíveis (nº 12/2019); (iii) fim da prática de preços diferenciados de gás liquefeito de petróleo (GLP), a partir de 1º de março de 2020 (nº 17/2019); e (iv) criação do Comitê de Avaliação do Abastecimento de Combustíveis Aquaviários (nº 18/2019).

Diante da perspectiva de crescimento do mercado brasileiro nos próximos anos e considerando a posição da Petrobras a respeito da sua estratégia de negócios - com foco na exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como de não assegurar integralmente o abastecimento do mercado brasileiro - serão necessários investimentos em refino e infraestrutura de movimentação de petróleo e derivados a serem realizados também por outras empresas, a fim de garantir o abastecimento de combustíveis do País. Assim, esta agenda de trabalho se encontra em curso e sob a coordenação de Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB), criado pelo Decreto nº 9.928, de 22 de julho de 2019, responsável por, entre outros, propor ações e medidas destinadas ao desenvolvimento do mercado de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis.

BidSIM

Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - BIDSIM

Criado em 9 de abril de 2020, por meio do decreto n° 10.320/2020, com a finalidade de aumentar a competitividade e a atratividade das áreas a serem ofertadas nas rodadas de licitações de exploração e produção de petróleo e gás natural. No mesmo ato foi criado o Comitê Interministerial Executivo do Programa, que envolve Ministério de Minas e Energia, que o coordenará; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Economia e Agência Nacional do Petróleo; e Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Os Pilares do programa são os seguintes:

- Análise de Impacto Regulatório acerca dos regimes de contratação.
- Definição de metodologia para definição dos parâmetros técnicos e econômicos.
- Elaboração de critérios técnicos para classificação de áreas estratégicas.
- Criação de um simulador rastreável e replicável.
- Espera-se os seguintes resultados do Programa:
- Aprimoramento da política e a Governança das Licitações de Partilha de Produção.
- Maximização do Valor Presente Líquido – VPL da União nos contratos do setor.
- Aumento da competitividade e atratividade das áreas dos leilões.

Data: Em andamento.